

A RAZÃO OCULTA

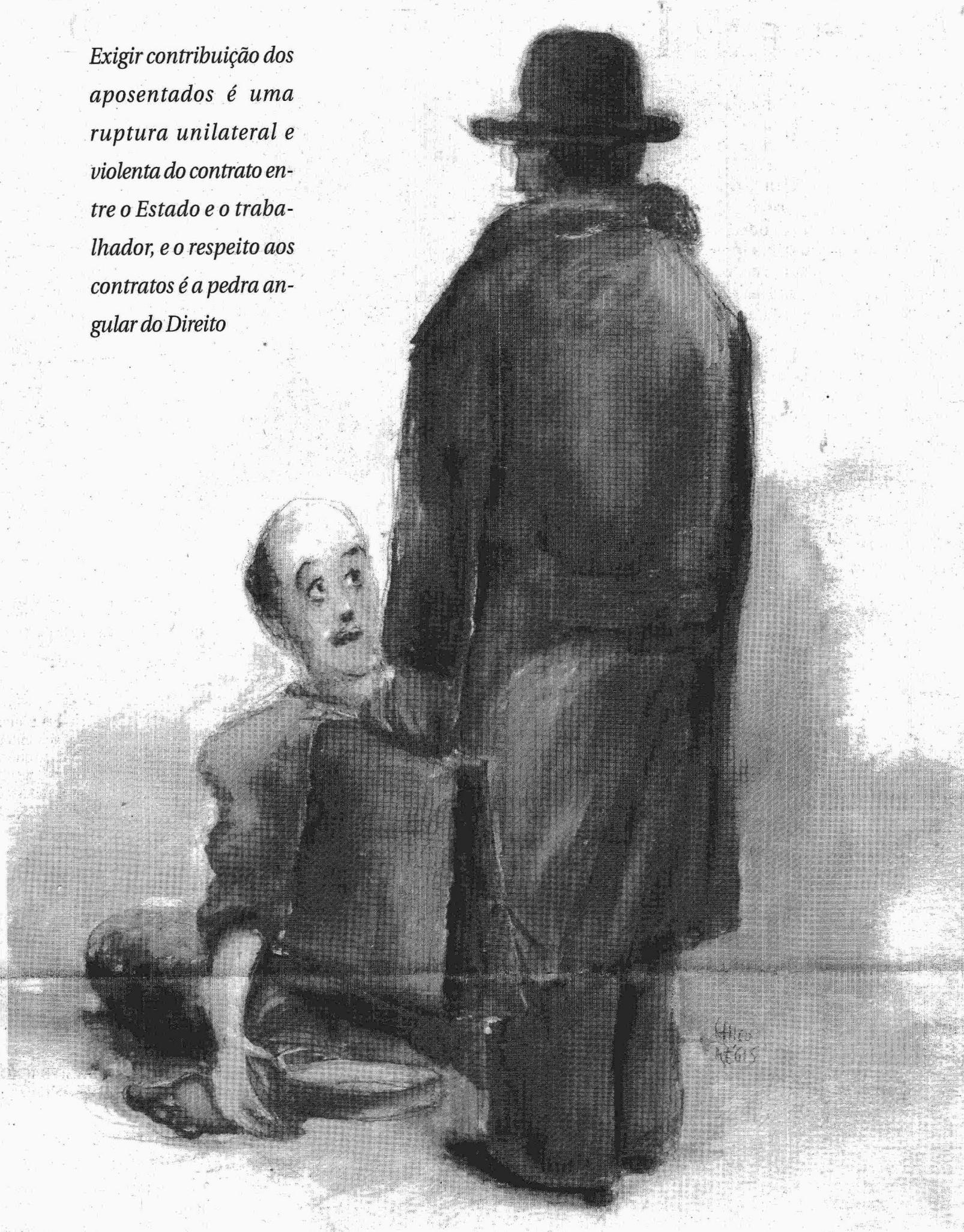
Mauro Santayana

José Bonifácio, segundo seus biógrafos, era uma personalidade controvertida. Mas, se houvesse vida depois da morte, o tutor de Pedro II dispensaria as observações do presidente Fernando Henrique sobre a sua trajetória política e iniciaria a estranheza pelo fato de ter sido seu nome lembrado exatamente em cerimônia de condecorações. O grande brasileiro recusou título de nobreza do Império (foi, durante toda a vida, um plebeu) e dispensara a mais alta condecoração do novo Estado, a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro, naquele tempo destinada aos brasileiros. Dele é a frase que explica essa conduta: "Nunca as honras e os títulos tiveram valia para o homem livre e virtuoso". De Talence, nos arredores de Bordéus, onde viveu parte de seu exílio, o Patriarca enviou seu lamento em carta a um amigo no Rio ao saber que Pedro I fizera a amante viscondessa de Santos, antes de a fazer marquesa: "O, meu bom Deus, por que me conservas a vida, para ver o meu país enxovalhado a tal ponto?"

O presidente e o seu ministro da Cultura, em exercício intelectual que confunde reacionários com progressistas, ou nega a existência de uns e outros, tentam justificar a sua conversão ideológica. Deveriam confessar a adesão ao corpo doutrinário do PFL, sem dar explicações de sua conduta. Todos nós podemos mudar de opinião, e se José Bonifácio, alquebrado, aos 72 anos, naquele tempo em que a velhice chegava mais cedo, foi acusado de conspirar para o retorno de Pedro I ao trono, isso não torna o trânsito entre posições ideológicas uma lei histórica nem justifica a conduta do governo de hoje com a fraqueza senil do Andrade. E se, conforme alguns jornalistas entenderam, o presidente quis comparar-se ao Patriarca, convém-lhe um pouco de modéstia. José Bonifácio foi preso e mandado para o exílio, de acordo com alguns historiadores, por sugestão de lord Cochrane; passou mais de cinco meses a bordo de uma charra caido aos pedaços e, ao voltar ao Brasil, depois de cinco anos e oito meses de ausência forçada, pretendia afastar-se totalmente da política, recluso em Paquetá, até que, ao abdicar, Pedro I o nomeou tutor de seus filhos.

O que é ser conservador e o que é ser progressista? O ministro da Cultura esquia-se da questão central, para dizer que o conservador é aquele que quer conservar as "glórias passadas". O antigo assessor de Lula engana-se ou quer enganar. Conservador, em termos políticos, é aquele que quer conservar as oligarquias no poder. Não podemos considerar progressistas os que querem o retorno dos estatutos coloniais, sob o nome de globalização. As glórias passadas são, em qualquer nação, patrimônio de todos. É bom lembrar que a

Exigir contribuição dos aposentados é uma ruptura unilateral e violenta do contrato entre o Estado e o trabalhador, e o respeito aos contratos é a pedra angular do Direito



história oficial sempre recusa guardar as glórias do povo, e só as admite quando a verdade aflora, por iniciativa de pesquisadores honrados. Passaram-se quase cem anos para que Tiradentes fosse visto como um herói nacional, depois de ser considerado, por Tavares e outros, um louco vulgar.

O problema é que, se lord Cochrane decidiu o banimento dos irmãos Andrade e de outros patriotas que se haviam oposto ao absolutismo do imperador, o FMI decide hoje que nos seja im-

posto o agravamento da nova derrama, com o "ajuste fiscal".

O documento que, em nome do PMDB de Minas, o presidente Itamar Franco apresentou à direção nacional do partido, teve escassa divulgação, mas é claro e objetivo, embora não desça a detalhes operacionais, que poderão ser definidos pelos técnicos do partido. Que propõem os mineiros?

— renegociar a dívida, que quintuplicou em quatro anos, dentro da capacidade de pagamento do Tesouro e baixar as ta-

xas de juros, a fim de que se retome a atividade econômica, gerando empregos e expandindo o mercado consumidor interno e aumentar a arrecadação;

— reformar o sistema tributário, com maior imposição direta (patrimônio e renda), gravando mais o consumo de luxo e de bens supérfluos;

— centralizar o mercado de câmbio temporariamente, até que a crise seja superada;

— restringir temporariamente as importações, a fim de evitar o

crescimento do déficit comercial e proteger as divisas;

— proteger o mercado interno contra a concorrência externa desleal e incentivar as exportações;

— dar prioridade à geração de empregos com maior absorção de mão-de-obra.

Em termos de economia nacional, nenhum país suporta taxas de juros mais elevadas do que as de crescimento do PIB. Com o crescimento negativo, estamos pagando juros anuais de 50%. Nos últimos

quatro anos, conforme a nota do Ministério da Saúde, que quase custa o cargo a José Serra (é melhor ver a sua continuação como provisória e precária), os gastos da Pasta foram reduzidos em mais de 12% com relação ao PIB, e o povo vem pagando com a vida (ou não se traduzem em óbitos as cifras que foram subtraídas do orçamento da saúde?) o descalabro das contas nacionais. Tancredo disse que não pagaria a dívida com a fome do povo brasileiro. Estamos pagando com mais, com a vida dos mais débeis.

A proteção do mercado interno é prevista e autorizada pelos acordos comerciais em vigor, quando o país se encontra em situação de emergência — o que ocorre hoje com o Brasil.

A mais cruel de todas as ameaças anunciadas pelo pacote do governo é a da redução das aposentadorias e aumento das contribuições, sobretudo as dos servidores públicos. Dispensem-nos de analisar as razões econômicas e jurídicas do governo, porque elas não existem. Vejamos o caso apenas como redução, pura e simples, do que receberão aposentados que trabalharam o tempo que a lei determinava e recebem hoje o que a lei determina. Se, em muitos casos, há privilégios inaceitáveis (como os de aposentadoria precoce, dupla ou múltipla, assunto de que entendem bem o presidente e o ex-ministro Stephanes), em outros casos a redução significará o sofrimento e a morte antecipada de milhares de brasileiros. Já antes disso, muitos aposentados tinham que optar entre o prato de comida e a caixa de remédio. Agora terão que optar entre o sanduíche e os comprimidos contra o câncer e contra a hipertensão, isso se tiverem sorte de adquirir remédios autênticos, e não falsos. Exigir contribuição dos aposentados é uma ruptura unilateral e violenta do contrato entre o Estado e o trabalhador, e o respeito aos contratos é a pedra angular do Direito. O absurdo é tão grande que o pacote prevê que até mesmo os aposentados por invalidez permanente estão sujeitos ao desconto.

Na verdade, como até mesmo o *Wall Street Journal* reconhece, o "ajuste" não resolverá o problema das contas externas. Trata-se de manobra com objetivo muito mais sério. O que pretendem os países centrais é nos conduzir a uma situação sem saída, obrigando-nos a aceitar as cláusulas do Acordo Multilateral de Investimentos, o nome que encontraram para o novo estatuto colonial, que está sendo rejeitado até mesmo pelas nações que dele se beneficiariam, como a França. Ao ceder ao FMI, o governo desnacionalizaria a Petrobras, o sistema hidrelétrico e as nossas terras, com todos os recursos naturais, entre eles os da biodiversidade.

Estaremos dispostos a isso?

■ Mauro Santayana é jornalista